



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º , DE 2004 (Do Deputado Geraldo Resende)

Propõe à Comissão de Seguridade Social e Família que investigue as irregularidades nas unidades de saúde do Município do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1.º, combinado com os arts. 60, II, e 61, todos do Regimento Interno, proponho a V. Ex.ª que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para realizar ato de fiscalização e controle referente à irregularidades nas unidades de saúde do Município do Rio de Janeiro.

JUSTIFICAÇÃO

Em função das inúmeras denúncias recebidas pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro – CREMERJ e pelo papel desta Casa como foro das questões de interesse público considero oportuna a presente Proposta de Fiscalização e Controle. A PFC é o mais eficiente meio de fiscalização colocado a serviço das Comissões e permite que o Poder Legislativo cumpra com sua missão de fiscalizar o emprego regular dos recursos públicos nas esferas municipal, estadual e federal.

No presente caso as denúncias apontam para a má utilização dos recursos públicos pela rede municipal de saúde do Rio de Janeiro. Em fevereiro deste ano, o Hospital Municipal Paulino Werneck, único atendimento de emergência da Ilha do Governador para um área de 300 mil habitantes, não dispunha de antitérmicos/analgélicos, a simples dipirona. Tão pouco era possível encontrar qualquer tipo de antiinflamatório ou antiespasmódico. Numa situação desesperadora a unidade conseguiu trocar antibióticos por dipirona com o Hospital Municipal Lourenço Jorge.

Não menos grave é a situação do Hospital do Andaraí, referência no atendimento ao chamado “pé diabético” viveu uma situação inusitada quando a Secretaria Municipal de Saúde emitiu, no final do ano passado, uma ordem para a organização de mutirões de cirurgias para o tratamento de varizes de membros inferiores. O Hospital realizou as cirurgias, e ao mesmo tempo, pacientes com isquemia arterial por ateroesclerose periférica ou com “pé diabético” aguardavam fios de sutura e outros materiais no PS ou em suas casas, correndo o risco de evoluírem para o estado de “gangrena”.

Hospitais fundamentais como o Cardoso Fontes, Souza Aguiar e o Miguel Couto têm sua manutenção negligenciada. No Miguel Couto faltam desde válvulas, kits introdutores, cânulas e sondas a macas, camas de recuperação, material de oftalmologia e de odontologia. Além disso aparelhos essenciais como respiradores microprocessados



Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Geraldo Resende – PPS/MS

e mecânicos estão quebrados. No Souza Aguiar, as instalações elétricas estão expostas na sala de Espera do Pronto Atendimento – Adulto, além de infiltrações nas paredes da UTI pediátrica e da Enfermaria da Unidade Coronariana

É comum a falta de ítems básicos como sabão líquido e papel toalha para higienização dos profissionais. Falta assistência básica nos postos de saúde, o Programa Saúde na Família está desestruturado. Cerca de 20% dos leitos hospitalares do Rio são responsabilidade do município, índice acima da média nacional que é de 14%. Os resultados do sucateamento da Saúde no Rio, é o mais alto índice de morbidade hospitalar dentre as capitais do país, segundo dados do DATASUS, além da alta taxa de mortalidade materna e neonatal.

Os fatos comprovam a necessidade imediata de fiscalização da utilização dos recursos públicos repassados pelo governo federal ao município do Rio de Janeiro, motivo pelo qual solicito a esta Comissão de Seguridade Social e Família se digne a acolher a presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala das Comissões em, de maio de 2004.

Deputado Geraldo Resende

PPS/MS